

INTERAÇÃO INTELIGÊNCIA-MÍDIA: OS CASOS BND, CNI E MOSSAD

DOI: <https://doi.org/10.58960/rbi.2023.18.235>

Luciano Gonczarowska-Jorge *

Resumo

A relação entre serviços de Inteligência e a mídia é complexa pela natureza das duas atividades: uma essencialmente secreta, a outra essencialmente pública. É dessa relação que se origina a pergunta-problema: como serviços de Inteligência projetam boa imagem institucional, se o serviço é secreto? Este trabalho analisa o modelo de interação entre as Inteligências alemã, espanhola e israelense e suas respectivas mídias por meio do estudo de fontes bibliográficas, da pesquisa em imprensa, da legislação local sobre Inteligência e liberdade de imprensa e das manifestações de ex-servidores. A forma como se desenvolvem os modelos de relacionamento depende do contexto político-social de cada país, do convencimento da sociedade acerca da importância da Inteligência e das prerrogativas e dos instrumentos legais à disposição. Esta pesquisa conclui que a conquista de imagem institucional positiva pelas Inteligências usa de manutenção de contatos privilegiados com membros especializados da mídia, vazamentos controlados e esforços de comunicação com o sistema político.

Palavras-chave: Serviços de Inteligência; Mossad; BND; CNI; mídia.

MEDIA INTELLIGENCE INTERACTIONS: THE CASES OF BND, CNI AND MOSSAD

Abstract

Intelligence services and the media have a complex relationship due to both activities' natures: one is essentially secret, the other is essentially public. From this troubled entanglement, a question arises: How do intelligence services project a good institutional image if the service is secret? This paper analyzes the model of interaction between German, Spanish, and Israeli intelligence and their respective media using bibliographic sources, press research, local legislation on intelligence and freedom of the press, and the manifestations of ex-servicemen. The models depend on the political and social context of each country, on society's belief in the importance of intelligence, and on the legal prerogatives and instruments at the service's disposal. This research concludes that the achievement of a positive institutional image by intelligence is backed by privileged contacts with specialized members of the media, controlled leaks, and communication efforts with the political system.

Keywords: Intelligence Services; Mossad; BND; CNI; media.

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Defesa pela Escola Superior de Guerra (ESG). Servidor Público Federal.

LAS INTERACCIONES ENTRE INTELIGENCIA Y MEDIOS DE COMUNICACIÓN: LOS CASOS BND, CNI Y MOSSAD

Resumen

La relación entre los servicios de inteligencia y los medios de comunicación es compleja debido a la naturaleza de ambas actividades, una esencialmente secreta y la otra esencialmente pública. De esta relación surge la pregunta-problema: ¿cómo proyectan los servicios de inteligencia una buena imagen institucional, si el servicio es secreto? Este trabajo analiza el modelo de interacción entre la Inteligencia alemana, española e israelí y sus respectivos medios de comunicación a través del estudio de fuentes bibliográficas, investigaciones de prensa, legislación local sobre Inteligencia y libertad de prensa y las manifestaciones de ex funcionarios. La forma en que se desarrollan los modelos de relación depende del contexto político y social de cada país, de la convicción de la sociedad sobre la importancia de la inteligencia y de prerrogativas e instrumentos legales de que disponen. Esta investigación concluye que la consecución de una imagen institucional positiva por parte de la Inteligencia utiliza el mantenimiento de contactos privilegiados con miembros expertos de los medios de comunicación, las filtraciones controladas y los esfuerzos de comunicación con el sistema político.

Palabras clave: Servicios de Inteligencia; Mossad; BND; CNI; medios de comunicación.

Introdução

Serviços de Inteligência e mídia compartilham a mesma função principal: informar. Grande parte de seus métodos em democracias também são compartilhados, p. ex., uso de fontes humanas, pesquisas em fontes abertas e necessidade de confirmação independente de dados (JOHNSON, 1986; RUEDA RIEU, 2014). Os contrastes, entretanto, não são banais. Uma das principais diferenças são os usuários. Enquanto a Inteligência busca informar, em especial, as principais autoridades do país, a imprensa busca informar a sociedade sobre as principais autoridades do país. Da mesma forma, enquanto o segredo é pré-requisito para o sucesso de operações de Inteligência, a publicidade e a exposição pública são a essência para o sucesso do jornalismo (WILKINSON apud HESS, 2012).

O interesse da mídia pela Atividade de Inteligência se dá, principalmente por quatro razões:

- (i) fascinação da mídia com segredos, essenciais na Inteligência;
- (ii) o papel democrático da imprensa em expor malfeitos e, tendo em vista o sigilo da Atividade de Inteligência, muitos acreditam que há quantidade considerável de erros escondidos;
- (iii) os temas de interesse da Inteligência são assuntos de interesse

preferencial da mídia: espionagem, defesa nacional, crime, as crises nacionais; e, finalmente,

- (iv) as reportagens sobre Inteligência são boas porque lucrativas (SHPIRO, 2010).

Para a Inteligência, em regimes democráticos, a cobertura da mídia é extremamente importante, pois afeta a imagem pública dos serviços, o que implica vantagem na competição interburocrática por recursos orçamentários. Além disso, os esforços de recrutamento dos melhores candidatos disponíveis dependem do interesse e do reconhecimento da atividade (HULNICK, 2010). Quantidade significativa de publicações nas imprensas alemã, espanhola e israelense são oriundas da abertura dos concursos públicos para preenchimento dos cargos nas instituições. Os esforços de comunicação como propaganda institucional explícita em cada caso são úteis para pesquisa e, no caso de Israel, foram diligentemente geridos como um dos raros contatos oficiais entre o Mossad e a imprensa, o que gerou ampla publicidade positiva gratuita (MAGEN, 2017). É dessa relação de segredo e necessidade de imagem pública positiva que se origina a pergunta-problema deste trabalho: como serviços projetam uma boa imagem institucional, se o serviço é secreto?

Este estudo apresenta contexto histórico em que os serviços externos de Inteligência

da Alemanha e de Israel e o Serviço de Inteligência espanhol (que congrega as funções interna e externa) desenvolveram sua relação com a mídia e buscaram melhorar a percepção pública sobre si em quatro aspectos: a percepção pública sobre eles, a relação entre legislação de Inteligência e liberdade de imprensa, as estratégias de comunicação adotadas e as últimas tendências percebidas.

A metodologia utilizada abrange pesquisa bibliográfica, acesso aos sites dos serviços, pesquisa de legislação e análise de manifestações sobre as Inteligências feitas por seus ex-agentes em mídias sociais, além da pesquisa nos sites de veículos de imprensa.

Alemanha: abertura defensiva

Histórico

A República Federal da Alemanha (RFA; *Bundesrepublik Deutschland* (BRD), chamada, informalmente, Alemanha Ocidental) possui dois serviços federais de Inteligência: o Serviço de Inteligência Federal Alemão (BND, *Bundesnachrichtendienst*), de atuação externa, e a Agência Federal de Proteção da Constituição (BfV, *Bundesamt für Verfassungsschutz*), de atuação interna. Para os propósitos deste artigo, apenas a estratégia de relacionamento do BND com a mídia será estudada.

O BND surgiu em contexto de resistência da sociedade alemã a organizações secretas, em razão dos traumas e da violência deixados pelos grupos secretos nazistas e pela própria má fama do serviço secreto da então República Democrática da Alemanha (RDA, *Deutsche Demokratische Republik*, que existiu de 7 out. 1949 a 3 out. 1990 e era chamada, informalmente, de Alemanha Oriental), a Stasi (*Staatssicherheitsdienst*) (HESS, 2012). Para se estabelecer na democrática sociedade alemã do pós-guerra, desenvolveu estratégia chamada de Abertura Defensiva (SHPIRO, 2010), cuja finalidade era erigir apoio político e social para a manutenção da existência do serviço em face a um ambiente interno hostil e uma imprensa livre recém-criada e francamente investigativa.

O BND é oriundo da Organização Gehlen, entidade semiprivada para espionagem no leste europeu financiada pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (*Central Intelligence Agency*, CIA). Em 1956, foi formalmente vinculada ao Estado alemão ocidental, sob chefia do ex-General de Exército Reinhard Gehlen, que permaneceu à frente do órgão até 1968. Nesse período, o BND se envolveu na política doméstica da Alemanha ocidental e recebeu críticas da imprensa por não antecipar crises; muitas daquelas eram injustas, como se evidenciou com a desclassificação de documentos.

Legislação

A legislação alemã ocidental pós-nazismo não criou salvaguardas para a proteção de segredos de Estado ou o resguardo da Inteligência, o que deixou o BND sem meios legais para a proteção de suas atividades frente ao jornalismo. A Lei Básica (*Grundgesetz*), como é chamada a constituição da RFA, foi criada em 1949, após a fundação dos primeiros jornais da Alemanha ocidental pós-nazismo (*Süddeutsche Zeitung*, 1945; *Die Welt e Diese Woche*, 1946; *Der Spiegel*, 1947) e em um período em que não havia Forças Armadas ou Serviços de Inteligência alemães. Em seu Art. 5º, parágrafo 1º, foi estabelecida a liberdade de imprensa e a proibição da censura. Apenas em 20 dez. 1990, foi criada a Lei do BND, com mecanismos de resguardo ao serviço.

Principais crises com a mídia

Escândalos divulgados pela mídia ainda nas décadas de 1960 e 1970 sedimentaram a liberdade de imprensa como valor social alemão e conformaram a relação e a estratégia do BND frente à mídia:

(i) Caso *Fallex 62*: exposição da situação deplorável das tropas alemãs ocidentais em exercício da OTAN em outubro de 1962 pela revista *Der Spiegel*. O então Ministro da Defesa (Bundeswehr), Franz Josef Strauss, apoiado pelo Chanceler Konrad Adenauer, reagiu

violentamente, o que culminou em ações de busca e apreensão na editoria do jornal e na casa de seu editor, além do fechamento da redação do periódico por um mês. A reação da sociedade alemã ocidental, inclusive com marchas e protestos públicos, garantiu que a queda de braço entre imprensa e Estado pendesse favoravelmente à liberdade de imprensa, inclusive com importantes alterações legais que protegeram a integridade de jornais e da residência de seus editores.

(ii) Caso *Die Zeit 63*: escândalo relativo a grampos realizados pelo BfV e pelo BND oriundos do Tratado de 1955 entre RFA e OTAN sobre o *Status* das Forças (de Ocupação), que permitia, conforme seu Art. 5º, Parágrafo 2º, às Forças Aliadas interceptar comunicações na Alemanha Ocidental para fins de Defesa. Como resultado do escândalo, foi criada, sobre o Art. 10 da Lei Básica, a Lei G 10, que protegia a privacidade dos cidadãos alemães.

(iii) O escândalo do SPD *Ostpolitik 70*: reportagem do jornal suíço *Basler National Zeitung* expôs que o partido de esquerda *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD), então à frente do governo alemão ocidental, buscou intermédio dos comunistas

italianos para reaproximação com países da Europa oriental. Conforme investigação parlamentar apurou, o BND proveu informações ao partido de oposição *Christlich Demokratische Union Deutschlands* (CDU) sobre essa iniciativa, em um caso de interferência política. Historicamente, o BND era ligado aos partidos de direita na Alemanha ocidental (SHPIRO, 2010).

Da criação até a reforma do BND em 1972, a Inteligência alemã ocidental tratou a imprensa como alvo de operações de Inteligência. A relação com a mídia ficou a cargo da Seção 923, que mantinha contatos regulares com aproximadamente 200 jornalistas na RFA. Em 1972, a Seção 923 foi absorvida pelo recém-criado Escritório de Monitoramento da Mídia, que, na década de 1990, transformou-se no Escritório de Imprensa (HESS, 2012; SHPIRO, 2010).

Abertura defensiva

Desde 1956, os chefes do BND atuaram em busca de legitimidade pública para suas ações e se percebiam em constante estado de incerteza acerca do futuro do serviço, de seu orçamento e de sua autoridade. Para reverter esse quadro, foi desenvolvida a estratégia de Abertura Defensiva, segundo nomenclatura de Shpiro (2010), que se compunha de quatro elementos principais: a) monitoramento da mídia, b) proporcionalidade da resposta c) equilíbrio

entre negação e compartilhamento de informações, e d) recompensa a jornalistas, em vez de ameaça.

O BND monitorava a produção da imprensa com duas finalidades: antecipar ou minorar críticas e obter imagem positiva da instituição. O monitoramento interno era feito, inicialmente, pela leitura de jornais na sede em Munique, em Berlim e em Hamburgo, onde informações negativas eram processadas pelo *staff* de imprensa e encaminhadas para resposta superior.

Além disso, o BND adotou abordagem operacional no trato com a mídia alemã, ao recrutar jornalistas, cuja remuneração poderia atingir 900 marcos alemães na década de 1970 (aproximadamente R\$ 10.500 mensais em valores atualizados de outubro de 2021). Eles deveriam antecipar notícias negativas, como reportado no caso *Münchner Merkur*, em que o chefe da redação Rudolf Lambrecht foi surpreendido pelo acesso antecipado que o então Presidente do BND, Klaus Kinkel, obteve a dados secretos que o jornal havia recebido. Associações de apoio à imprensa, p. ex., a *Internationale Association Deutscher Medienleut* (Associação de Correspondentes Internacionais da Alemanha, em tradução livre), serviram para cobertura operacional e aproximação com sindicatos de jornalistas. Por fim, monitorou-se a formação de novos grupos de mídia (*Bund Deutscher Publizisten*, criado em 1966, e a *Gesellschaft zur Foerderung Oeffentlicher Verantwortung*,

criada em 1971).

A abordagem também foi executada a fim de se criar imagem positiva do BND por meio de vazamento controlado¹ de dados, manuais e operações para jornalistas de confiança. Isso se destacou na publicação de, pelo menos, três livros dos autores Eva Jentsch, Heiner Emde e da dupla Heinz Höhne e Herman Zolling, cujas publicações apresentaram o BND com mais familiaridade e destacavam a capacidade operacional do órgão. A publicação de Höhne e Zolling, *Pullach Intern*, foi escrita para o semanal *Der Spiegel*, e transformado em livro *best-seller* nos anos 1970.

Além da publicação de livros, o serviço alemão também realizou investidas em rádios e TVs (SCHMIDT-EENBOOM, 1997). E contatou a *Deutsche Welle*, rádio estatal da Alemanha ocidental, e as redes de TV WDR e ZDF, às quais foram entregues materiais secretos para apresentadores de TV a fim de valorizar a capacidade operacional e valor do BND².

O BND buscou manter a proporcionalidade de resposta aos críticos conforme o nível de dano, em especial, ao priorizar aspectos políticos aos possíveis danos operacionais. No início de sua existência, em pelo menos

duas ocasiões³, o BND vazou informações sobre falhas de Inteligência do BfV, tanto para fragilizar rivais na burocracia de Inteligência quanto para tentar calar o então presidente do BfV, Günther Nollau, crítico vocal da atuação do serviço externo alemão.

Duas falhas em controlar a narrativa estão expressas nos livros de Erich Schmidt-Eenboom (1997), crítico da história do BND, e de Udo Ulfkotte (apud SHPIRO, 2010), a quem o BND proveu informações, inclusive secretas, mas cujo viés negativo do livro levou a instituição a tentar impedir sua publicação, até mesmo por via judicial. A adoção de medidas legais contra Ulfkotte é destacada exceção, pois o trabalho do Escritório de Imprensa “era conduzido silenciosamente, nos bastidores, e o BND evitava buscar apoio das cortes e do Judiciário principalmente porque suas chefias temiam que a perda de uma batalha judicial poderia abrir as portas para publicações ainda mais adversas” (SHPIRO, 2010, p. 490).

O terceiro elemento da estratégia do BND foi equilibrar o compartilhamento e a negação de informações, e evitar o uso do “nada a declarar”. Isso foi realizado por meio da publicação regular de *releases*

1 Vazamentos controlados são informações sigilosas ou secretas entregues a um jornalista ou veículo de mídia por interesse e anuência da cúpula da instituição.

2 *Der Spiegel*, 47/1994, p. 74. Disponível em: <https://www.spiegel.de/spiegel/print/index-1994-47.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

3 Em 1958, o BND foi acusado de vazar informações para artigo de Maynhardt Nayhauss sobre ação má sucedida de contraespionagem em que CIA e BfV atuaram em conjunto. Em 1972, um dos contatos de imprensa do BND escreveu reportagens críticas à gestão de Nollau no serviço interno. Nollau era adversário público do trabalho do BND.

encaminhados para órgãos de imprensa e pela criação de *newsletter* periódica chamada *Vereinigter Wirtschaftsdiät* (Economia Unida)⁴, distribuída a lideranças políticas, econômicas e do Executivo.

Em 1996, sob a presidência de Hansjörg Geiger, o BND criou a figura do porta-voz, encarregado de ser a face pública de interlocução com jornalistas e a sociedade. O Escritório de Imprensa também passou a adotar política mais aberta de entrevistas, conversa de bastidores e preparação de material para mídia. Desde 1999, o BND faz palestras públicas e *briefings*. O *release* para a mídia de 27 out. 2021 foi um resumo da apresentação que o BND, o BfV e a Contrainteligência Militar (MAD) fizeram ao órgão de controle parlamentar alemão. Apresentou as principais ameaças identificadas (extremismo de direita, espionagem e terrorismo), as medidas tomadas para melhorar a eficiência dos órgãos e o trabalho conjunto (REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, 2021).

O quarto elemento na relação do BND com a mídia foi baseada em estímulo via benefícios, desde pagamento regular de salários a outras vantagens, como vazamentos controlados para auxiliar na escalada da reputação de jornalistas e, assim, manter relacionamento de confiança positivo.

Considerações finais sobre o BND

Para Shpiro (2010), não está claro quão bem-sucedida foi a estratégia do BND para a mídia. Embora ela tenha moderado e evitado críticas eventuais, ainda assim, a imprensa *mainstream* mantém postura crítica em relação ao serviço. Politicamente, entretanto, a mudança da sede do BND para Berlim em 2018 demonstra sucesso nas relações com o *establishment* político e o reconhecimento da importância da Inteligência pela sociedade e pelo governo alemães.

Espanha: acesso privilegiado

O Centro Nacional de Inteligência (CNI) é o serviço de Inteligência da Espanha. Criado em 2002, sucessor do *Centro Superior de Información de la Defensa* (CESID, Centro Superior de Informação de Defesa), é um serviço unitário, ou seja, responsável pelas atuações interna e externa. Para os propósitos deste trabalho, serão estudados tanto o CESID quanto o CNI, criados no período democrático espanhol pós-ditadura do general Francisco Franco.

Os serviços de Inteligência espanhóis surgiram e se desenvolveram quase à margem do interesse da sociedade e da imprensa, e focaram sua atuação nas relações com o Executivo. Em razão desse desinteresse, combinado com o

4 Atualmente, o BND mantém um programa chamado Proteção da Economia (Wirtschaftsschutz), em que compartilha informações de interesse com empresas alemãs a fim de resguardá-las contra ações adversas.

reconhecimento burocrático de sua necessidade de existir, o modelo de relação com o público e com a imprensa evoluiu de iniciativas descontínuas e assistemáticas no período do CESID para estratégia de acesso privilegiado para alguns poucos pesquisadores e periódicos, o que culminou em visão positiva do CNI frente ao público.

Histórico

O CESID foi estabelecido em 1979, durante a transição democrática após a ditadura de Franco. Combinou elementos do regime anterior, p. ex., pessoal egresso dos serviços de repressão, com elementos da democracia, p. ex., vinculação ao Ministério da Defesa comandado por um civil. Em sua formação, 100% do pessoal era militar, dominância funcional que se manteve até a extinção, quando esse percentual caiu para 70% em 2002 (NUMERIANO, 2011).

Desde o início, não se questionou, no sistema político espanhol, a necessidade de serviço de Inteligência com capacidade operacional efetiva, principalmente, em razão dos atentados perpetrados pelo *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA, Pátria Basca e Liberdade) no fim dos anos 1970 e início dos 1980. A atuação do serviço deveria ser interna e externa, por causa das bases internacionais, em especial na França, dos *etarras* e outros grupos secessionistas (FERNÁNDEZ, 2012).

Apesar disso, a tentativa de golpe militar

com apoio de membros do CESID contra o governo socialista de Felipe González em 1982 acarretou mudanças para assegurar maior controle civil. Em 30 set. 1982, Alberto Oliart, Ministro da Defesa (MD), estabeleceu a Ordem Ministerial 15, que colocou o CESID sob alçada do Primeiro Ministro (PM). Em 5 jan. 1984, a Lei Orgânica nº 1 reduziu a autonomia do MD e definiu que, somente com autorização do PM, a Defesa e, por consequência, a Inteligência, poderiam realizar ações de política militar e de defesa. Na mesma legislação, foi criado o controle parlamentar sobre as atividades de Defesa. Ainda em 1984, com o Decreto Real nº 135, estabeleceu-se que o CESID estava organicamente vinculado ao MD, mas funcionalmente ao PM. Para Numeriano, “Esta medida buscava imunizar a área de Inteligência contra a contaminação política militar, blindando-a institucionalmente no seio do governo” (NUMERIANO, 2012, p. 157).

Legislação e relação com a imprensa

Para efeitos da relação com a imprensa, o segredo de Estado na Espanha é protegido, em especial, por três legislações de interesse. A Lei dos Segredos Oficiais (Lei 9, de 5 abr. 1968), alterada pela Lei 48, de 7 out. 1978, e, posteriormente, a lei de regulação do Centro Nacional de Inteligência (CNI), Lei 11, de 6 maio 2002.

Para Rueda Rieu (2012), a legislação espanhola é extremamente restritiva para o acesso aos segredos de Estado, o que afetou significativamente a capacidade de o jornalismo espanhol desvelar e expor informações sobre os serviços secretos. Ele identifica 8 principais fontes de informação sobre o CNI-CESID:

- (i) agentes e ex-agentes anônimos;
- (ii) vazamentos do próprio governo;
- (iii) parlamentares da *Comisión de Fondos Reservados*, da Câmara dos Deputados da Espanha;
- (iv) o Gabinete de Imprensa do CNI, em ações de propaganda institucional;
- (v) a cúpula do CNI, que teria ampla linha de comunicação de bastidores com jornalistas e editores de periódicos;
- (vi) ex-colaboradores e fontes do CNI-CESID, como no caso Tarik Ouazzani⁵ e Maria Isabel del Barrío;
- (vii) órgãos da burocracia espanhola rivais, como polícias, militares, diplomatas e outros; e
- (viii) fontes materiais, como manuais e normas internas do CNI-CESID.

Principais crises com a mídia

A limitação legal não impediu que escândalos reportados pela mídia espanhola na década de 1990 levassem à extinção do CESID e à criação do CNI. Segundo Díaz Fernandez (2012), houve três escândalos principais da Inteligência Espanhola.

O primeiro foi o vazamento dos microfilmes do coronel Perote, chefe do *Agrupación Operativa de Misiones Especiales* (AOME, Grupamento Operacional de Missões Especiais, em tradução livre) de 1982 a 1991, em que foram expostas escutas ilegais de jornalistas, ministros, empresários e políticos; até o Rei Juan Carlos II foi grampeado. Perote possuía ilegalmente 1.245 microfilmes com informações classificadas do CESID. O banqueiro Mario Conde, do banco Banesto, buscou adquiri-los para se alavancar em negociação com o *Banco de España*, que interviera nos negócios do banqueiro por má gestão. As informações dos microfilmes foram entregues à imprensa, em especial ao jornal *El Mundo*, que publicou várias reportagens nos anos de 1995 e 1996 sobre atos ilegais ou questionáveis do CESID.

A estratégia da imprensa foi divulgar as informações aos poucos, pedir confirmação do governo espanhol e esperar. Quando o governo negava algo que estava nos microfilmes, *El Mundo*, *ABC* e *Vanguardia*

5 O caso de Ouazzani foi tentativa de recrutamento de fonte com acesso ao Rei do Marrocos e a possíveis alvos jihadistas via controle do pedido de cidadania espanhola, ao qual o marroquino era postulante. O alvo da tentativa buscou a imprensa. O caso del Barrío foi uma fonte envolvida em crime que foi exposta pelos serviços policiais espanhóis.

publicavam os dados de microfimes, desmoralizavam e acuavam o governo.

A segunda crise se refere aos Grupos Antiterroristas de Liberação (GAL), paramilitares que participaram de guerra não declarada contra o ETA, e cuja ligação com o governo espanhol sempre fora negada. Os vazamentos provaram a ligação e deixaram o governo socialista em crise com parte de sua base eleitoral na Catalunha e levaram a um mal-estar com o governo francês, visto que parte dos ataques do GAL ocorria nos territórios franceses onde se homiziavam os *etarras*.

O terceiro principal escândalo se refere ao vazamento de operação sobre o Herri Batasuna, partido político cuja ligação com o ETA ainda não era clara em 1998, mas banido posteriormente por integrar a estrutura do grupo terrorista. A exposição do caso acarretou o desmantelamento de operação iniciada pelo CESID em 1992 e expôs o nome de servidores, meios, objetivos e técnicas operacionais, o que, segundo declarações do próprio Centro, causou grave prejuízo operacional à instituição e à segurança de seus servidores pessoalmente expostos.

Como resposta à profunda crise de 1995-1996, caíram o então vice-Primeiro Ministro, Narcís Serra, o Ministro da Defesa Julián García Vargas e longo o Diretor Geral do CESID, general Emílio Manglano.

Ações de comunicação e criação do CNI

Em 15 abr. 1997, o então diretor do CESID, Javier Calderón, anunciou, à imprensa, plano em três fases para melhorar a imagem institucional do serviço: (i) entrevista para mídia, (ii) publicação de livro, (iii) aparições na televisão.

Nos meses seguintes, concedeu entrevista para o semanal *Tiempo*; deu, à escritora Pilar Urbano, acesso ao CESID, e ela, posteriormente, publicou o livro “*Yo entré en el CESID*”; e, por fim, Calderón participou do programa de televisão “*Caiga quién caiga*” (CQC), da emissora *Telecinco*. Manteve política de portas abertas para políticos, juízes e jornalistas (RUEDA RIEU, 2014). Antes de Calderón, há o registro da reportagem da TV Antena 3, em abr. 1994, em que a equipe de reportagem falava positivamente da atuação do CESID. Segundo Ramon Reig (REIG apud RUEDA RIEU, 2014), foi ação de propaganda institucional travestida de reportagem.

Apesar do esforço descontínuo de melhoria da imagem pública tentado por Calderón, o governo espanhol decidiu encerrar as atividades do CESID e criar o CNI. Para Díaz Fernández, a ausência de qualquer estratégia perene de comunicação com a mídia e a ausência de controle e interlocução parlamentares estimularam a imprensa a administrar a crise conforme

seus próprios interesses, o que não gerou debate propositivo e construtivo para a melhoria do serviço, mas tão somente a punição do centro com cortes orçamentários prejudiciais à capacidade operacional.

Uma das externalidades positivas das crises foi o esforço do Executivo e do Parlamento espanhóis para aperfeiçoar sua Inteligência. Em 2002, o CESID foi extinto, e foi criado o CNI, com legislação de apoio e respaldo de tribunais superiores, adoção de concurso público e aumento do controle civil, com a nomeação do diplomata de carreira Jorge Dezcallar para chefiar a transição e o novo serviço. A mesma lei criou, especificamente, comissão parlamentar de controle de fundos secretos para controle e supervisão das Atividades de Inteligência.

A Lei Orgânica 2, de 6 maio 2002, regulamenta que o CNI pode efetuar medidas de entrada em domicílio e escuta telefônica, desde que autorizados por um juiz designado do Tribunal Supremo. O magistrado deverá autorizar as ações propostas em até 72 horas. Os pedidos do CNI devem contemplar medidas e grau de alcance, fatos motivadores do pedido, a razão da solicitação dos meios especificados, identificação dos alvos, sempre que possível, local e duração das medidas. A inclusão do mais alto nível do Judiciário espanhol no ciclo da Inteligência tentou responder às críticas no parlamento e na imprensa sobre o CESID,

geraram maiores controle, transparência e legitimidade às ações operativas do novo órgão e preservaram suas capacidades.

Todas essas medidas parecem ter reduzido a exposição negativa do CNI à imprensa, visto que as ações mais intrusivas da Inteligência espanhola são validadas tanto política quando judicialmente. Ainda que eclodam eventuais escândalos, eles parecem ser de alcance limitado e não afetam a institucionalidade do CNI.

A análise das perguntas dos parlamentares espanhóis em audiências públicas demonstrou que 89% eram baseadas em matérias de jornais (FERNÁNDEZ, 2012). A Assessoria de Comunicação do CIN é vinculada ao Gabinete, e não diretamente ao Diretor Geral. Não se identificou, no sítio eletrônico do CNI, política de comunicação que objective, explicitamente, estabelecer relações com a imprensa local.

Por outro lado, as matérias escritas sobre o CNI no período 2004-2021 têm apontado maiores foco, profissionalismo, capacidade e sucesso do órgão. Parece haver consenso de que o CNI é órgão competente e necessário. Isso se deve, especialmente, aos êxitos percebidos no combate ao terrorismo *etarra* e jihadista. Matéria no jornal *El Mundo*, responsável pelas principais denúncias acerca do CESID, publicou em 2015:

Además, el Centro Nacional de Inteligencia ha potenciado su presencia en las zonas en las que el terrorismo islamista tiene más incidencia.

Una actividad que ha dado enormes resultados a la inteligencia española, proporcionando informaciones relevantes no sólo para nuestro país, sino también para otros Estados europeos (LAZARO, 2015).

Para a melhoria da percepção pública sobre a Inteligência espanhola, contribuíram audiências públicas e reservadas no parlamento espanhol, posteriormente vazadas para a imprensa, e os casos divulgados de sucesso de prisão de membros de grupos terroristas, em que o CNI trabalhou colaborativamente com a Guarda Nacional. A leitura dos principais jornais no período supracitado indica haver relação colaborativa entre o CNI e *El Mundo*, *El País* e *La Vanguardia* para publicização de sucessos, o que não impede, entretanto, haver reportagens críticas sobre o CNI.

Outro esforço tem sido a publicação de livros e artigos sobre o CNI (ROLDÁN, 2012), em especial de António Fernández Díaz, o principal pesquisador acadêmico sobre Inteligência na Espanha (FERNÁNDEZ, 2018); de Rueda Rieu; de Pilar Urbano, a primeira escritora convidada a conhecer o CESID; e de Pilar Cernuda, que escreveu sobre o papel das mulheres no CNI. A multiplicação de livros com tom positivo sobre o CNI indica abertura para academia e imprensa, cujos profissionais parecem ser selecionados e educados sobre a Atividade de Inteligência. Casos de insucesso, p. ex., a expulsão de equipe operacional do CNI de Cuba em 2010, que lá fora monitorar membros do ETA, são narrados como reveses, e não fracassos ou escândalos.

Considerações finais sobre a Inteligência Espanhola

O apoio político e social para a existência do serviço – fortalecido nas últimas duas décadas pela percepção pública da necessidade de ações efetivas contraterroristas (INGELMO, 2016) –, a boa legislação que apoia o CNI, a legitimidade e a segurança advindas de controle judicial prévio para ações mais intrusivas indicam apoio social e político ao centro. A abertura para academia e imprensa espanholas indicam que o CNI mantém estratégia de relacionamento reservado e focalizado para melhoria de sua imagem pública. A estratégia se baseia em privilegiar acesso tanto às instalações físicas, quanto ao pessoal e às informações específicas por meio de vazamentos controlados. O sucesso do modelo de acesso privilegiado se demonstra pela mudança observada no trato da Inteligência espanhola na imprensa, nas publicações acadêmicas e em livros temáticos.

Israel: exclusão controlada

Histórico

Israel possui três serviços de Inteligência principais: Mossad, abreviação de *Ha-Mōšād le-Mōdi' in ū-le-Tafqīdīm Meyūhadīm* (Instituto para Informações e Operações Especiais), para atuação externa; o *Sherut haBitachon Haklali* (Serviço de Segurança Geral), conhecido como Shabak ou Shin

Bet, para atuação dentro do território israelense e palestino; e a *Agaf Hamodiin* (Aman), Diretoria de Inteligência Militar, focada em outros serviços militares e no desenvolvimento de capacidade cibernética (EISIN, 2008; SHPIRO, 2010).

A origem do Mossad é a Haganah, organização paramilitar que atuou nos territórios sob protetorado inglês pré-Israel. Ela era responsável por ações de segurança, como proteção dos assentamentos judaicos, e Inteligência, como transporte de imigrantes para a região, compra de armas e munições, ações de influência sobre a mídia internacional, sabotagem de navios ingleses de deportação e contraposição a quaisquer estruturas que se opunham à consolidação do movimento sionista e ao que se tornou Israel. Parte da organização se tornou as Forças de Defesa de Israel, e outra, o Mossad, em 1949.

Exclusão controlada

As forças de segurança de Israel contaram, desde sua criação, com enorme respaldo político, social e legal. Para Shpiro (2010), a estratégia de relação do Mossad com a mídia é de exclusão controlada, que compraz três pontos principais: (i) supressão de publicação de informações operacionais, (ii) ameaça ou punição de imprensa considerada não-cooperativa, e (iii) manipulação da mídia para dissuasão dos inimigos.

Supressão de informações: legislação e cultura institucional

A supressão de informações sobre a atuação da Inteligência é política desde os tempos da Haganah. “Oficiais argumentavam que, apenas com manutenção total do sigilo sobre cada um dos aspectos da organização, os servidores do Mossad poderiam prevalecer frente a chances ínfimas” (MAGEN, 2014). O que costuma ser público em outros serviços era, até recentemente, mantido secreto, p. ex., o nome do diretor geral e a localização do serviço (MAGEN, 2013).

Essa política teve implicações internas e externas. Externamente, ela se alicerça na Lei de Defesa de Emergência, que estabelece revisão da censura militar para todas as informações da mídia que possam acarretar risco a Israel ou às operações de suas Forças de Segurança. Pela legislação, originalmente da ocupação britânica, o governo israelense pode censurar trechos, proibir matérias e até interditar os meios de publicação por determinado período ou em definitivo.

O arsenal legal de censura foi e ainda é utilizado com regularidade e constitui o principal instrumento da estratégia do Mossad (MAGEN, 2013). Os primeiros casos de censura datam do início dos anos 1950, quando Mossad e Shabak fecharam e confiscaram gráficas pertencentes aos grupos clandestinos de Lehi e Ezel, que se

opunham ao governo de Ben-Gurion.

A transição da imprensa israelense para postura crítica aos serviços de segurança e Inteligência se iniciou com as falhas que culminaram na Guerra do Yom Kippur em 1973, quando o exército de Israel estava desprevenido contra os ataques coordenados das potências árabes, até uma imprensa plenamente crítica nos anos 1980, em especial com a invasão do Líbano em 1982 (EISIN, 2008).

Dois casos de reação à censura ilustram a mudança de comportamento. Em 1984, no “Caso do Ônibus 300”, dois terroristas palestinos sequestraram um ônibus e foram apreendidos vivos pelo Shabak, conforme registro do jornal *Hadashot*. O comunicado oficial, entretanto, afirmou que não houve sobreviventes palestinos. Por saber que seria censurado pelos militares, o jornal publicou as fotos sem consentimento prévio. Como reação, o governo israelense o fechou por quatro dias, até que recuou devido a intenso protesto da sociedade israelense.

O segundo foi a peça crítica escrita pelo jornal *Há'ir*, de Telaviv, sobre o então diretor do Mossad Nahum Admoni (1982-1989), no qual o jornalista Aluf Benn o descreveu como “inativo e cinzento”. Os militares censuraram o artigo, e Benn e o editor Meir Schnitzer apelaram ao Supremo israelense para revogar a proibição. Pela primeira vez, a Suprema Corte israelense estabeleceu precedente que garantiu a liberdade de imprensa para críticas aos

chefes do Mossad.

Internamente, o silêncio do Mossad e de seus integrantes foi estabelecido pelo primeiro diretor do serviço, Reuben Shiloah (1949-1952), que adotou a postura de distanciamento total da mídia. Esse insulamento, seguido por quase todos os diretores seguintes, estabeleceu o padrão de conduta tanto para os chefes quanto para os membros da instituição, embora essa política não afetasse a relação com a mídia como instrumento de propaganda, desinformação e dissuasão.

O combate a vazamentos é considerado prioridade. Durante o comando de Shabtai Shavit (1989-1996), estabeleceu-se que todos os servidores deveriam informar contatos prévios com jornalistas, atuais ou mesmo acidentais. Os suspeitos de contatos não autorizados com jornalistas eram submetidos a testes de polígrafo, medida inédita. A regra era transversal, como se evidenciou no caso de Naftali Granot, Diretor Adjunto do Mossad, exonerado em 2007, por suspeita de ter repassado informações para a mídia. O caso, que contou com cooperação do Shabak, foi também exposto no jornal israelense *Yedioth Ahronot*, via vazamento controlado, a fim de se repassar recado interno para total apartamento dos membros da instituição da mídia (MAGEN, 2014).

Ameaças e ações desmobilizadoras

Na metade da década de 1950, usou-se de meios alternativos à censura para lidar com a mídia recalcitrante. O jornalista Uri Avineri, editor do jornal *Haolam Haze*, manifestava-se publicamente contra o *establishment* político e fazia reportagens críticas à atuação do Mossad e seus diretores. Vendo a impossibilidade de dialogar com Avineri, o serviço financiou o jornal Himon para competir com *Haolam Haze* e estrangular financeiramente o jornal. Embora não tenha conseguido encerrar as atividades de Avineri, a ação causou grandes danos econômicos (SHPIRO, 2010).

Outro destaque foi a publicação do livro *By Way of Deception*, do ex-oficial do Mossad Victor Ostrovsky, durante a gestão de Shavit. O livro expõe o funcionamento da organização, treinamento, nomes de agentes, meios de atuação, entre outros. O Mossad adotou duas táticas: (i) acionou colegas de Victor para constrangê-lo, e (ii) apelou aos tribunais do Canadá e dos EUA a fim de tentar censurar a publicação. Essa estratégia deu publicidade inesperada ao livro catapultou suas vendas, e o tornou *best-sellers* por semanas nos dois países apelados.

Manipulação da mídia internacional: propaganda e dissuasão

A relação da Inteligência externa israelense com a imprensa internacional foi pensada desde seu início em termos operacionais, a fim de servir como dissuasão de inimigos. Clila Margen (2014), dissertou sobre a influência dos Diretores Gerais do Mossad na relação entre serviço e mídia, e reconheceu que o grau de liberdade deles é limitado pela cultura institucional de silêncio. Entretanto, há grupo seleto de jornalistas, escolhido por cada um dos diretores, para diálogo e vazamentos seletivos.

O grande idealizador da relação entre serviço e mídia internacional foi o segundo diretor do Mossad, Isser Harel, que entendia a relação com a imprensa internacional como útil para avançar os objetivos da instituição. Ele conjugou o segredo das operações de Inteligência com vazamentos seletivos que ajudaram a criar e consolidar a mitologia do Mossad, a exemplo dos fugitivos nazistas capturados na América do Sul e trazidos clandestinamente para julgamento em Israel.

Seus sucessores, embora mantivessem reserva em relação à imprensa israelense, adotaram a estratégia de vazamentos seletivos, mesmo em face de falhas operacionais, a exemplo da prisão dos

agentes na Noruega pelo assassinato de um garçom em Lillehammer, que acreditavam ser Hassan Salameh, membro do Setembro Negro, participante da preparação dos atentados de Munique.

Outro exemplo da importância dada às ações de propaganda do Mossad se encontra no assassinato de Fathi Shqaqi, fundador da Jihad Islâmica Palestina, em Malta em 1995. A imprensa internacional, normalmente atenta a esses casos, manteve silêncio. Fontes do governo israelense passaram então ao Canal 1 de Israel a informação, para que ela fosse difundida com destaque. Isso ocorreu durante a gestão do mesmo Shavit, que introduziu a aplicação de polígrafos no Mossad para evitar vazamentos não autorizados e atacou judicialmente a publicação de Victor Ostrovsky.

Considerações finais sobre o Mossad

A relação do Mossad com a imprensa israelense prescinde de estratégia proativa (MAGEN, 2017) pelo reconhecimento da sociedade da importância do serviço, pelo respaldo político e legal que a instituição tem e, principalmente, porque o público israelense tem acesso aos resultados positivos da atuação do Mossad via mídia internacional, depois replicada internamente. Concomitantemente, a supressão das notícias negativas, seja por censura judicial ou autocensura da imprensa israelense, ajuda no fortalecimento da

imagem de competência e profissionalismo.

Destaque-se também não haver registro de interferência ou envolvimento do Mossad com a política partidária doméstica, diferentemente dos casos estudados anteriormente. Por fim, segundo o ex-Diretor Geral do Mossad Ytzhak Hofi (1974-1982):

O mistério em que somos envolvidos serve a uma função de segurança muito importante. Ninguém sabe precisamente o que somos capazes de realizar. Atribuiu-se a nós coisas que nunca poderíamos ou gostaríamos de fazer. Por outro lado, conseguimos fazer coisas que, se alguém soubesse, ficaria espantado. Da nossa perspectiva, nossa inescrutabilidade teve um papel extremamente significativo (MAGEN, 2014, p. 148).

Considerações finais

A relação entre mídia e Inteligência é sempre complexa pela natureza aparentemente oposta de ambos: publicidade e segredo. Nos casos em estudo, foi possível identificar que o primeiro passo para o sucesso da relação entre Inteligência e mídia é a educação da sociedade sobre o porquê de a Inteligência existir e, nesse mesmo sentido, se está cumprindo seu papel. Para que isso possa ocorrer, é necessário capacitar tanto jornalistas quanto membros do parlamento.

A forma e os meios são importantes e foram pensados por cada serviço conforme a realidade e a legislação local. Nos casos europeus, houve abertura de acesso pelos serviços para publicação de

livros por jornalistas e alguma abertura para a academia. Em Israel, o uso do transbordamento das notícias internacionais para nacionais, a educação escolar e o serviço militar obrigatório suprem a lacuna de conhecimento da sociedade sobre o serviço.

Vazamentos controlados, relações especiais com membros da imprensa e esforço de

comunicação frente ao sistema político são características comuns aos três casos analisados e contribuem fortemente para uma visão positiva dos serviços, visto que, concomitantemente, educam sobre as Atividades da Inteligência e prestam contas, em especial, sobre os sucessos e eventuais necessidades de aprimoramento do serviço.

Referências

EISIN, M. The Israeli Intelligence Community and the Media. *Journal of Intelligence History*, v. 9, n. 1–2, p. 9–14, 2008.

ESPAÑA. *Lei 11, de 06 de maio de 2002*. Regula o Centro Nacional de Inteligência. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2002-8628>. Acessado em 16 de outubro de 2023.

ESPAÑA. *Lei Orgânica 2, de 06 de maio de 2002*. Regula o controle judicial prévio do CNI. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2002-8627>. Acessado em 16 de outubro de 2023.

ESPAÑA. *Lei 9, de 5 de abril de 1968*. Sobre os segredos oficiais. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1968-444>. Acessado em 16 de outubro de 2023.

FERNÁNDEZ, A. M. D. The Intelligence Services and the Mass Media in Spain. *Journal of Intelligence History*, v. 9, n. 1:2, p. 89–104, 2012.

FERNÁNDEZ, A. M. D. Spies and security: Assessing the impact of animated videos on intelligence services in school children. *Média Education Research Journal*, v. 56, n. XXVI, p. 81–89, 2018.

HESS, S. German Intelligence Organizations and the Media. *Journal of Intelligence History*, v. 9, n. 1–2, p. 75–87, 5 out. 2012.

HULNICK, A. Openness: Being Public About Secret Intelligence. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 12, n. 4, p. 463–483, 2010.

INGELMO, P. El yihadismo nos acabará llevando a la israelización. *Diário de Cadiz*, 29 jul. 2016.

JOHNSON, L. The CIA and the Media. *Intelligence and National Security*, v. 1, n. 2, p. 143–169, 1986.

LAZARO, F. España: 1.200 agentes a la lucha antiyihadista. *El Mundo*, 20 nov. 2015.

MAGEN, C. Strategic Communication of Israel's Intelligence Services: Countering New Challenges with Old Methods. *International Journal of Strategic Communication*, v. 1, n. 1, p. 269–285, 12 jul. 2017.

MAGEN, C. Mossad directors and the media: a historical perspective. *Journal of Intelligence History*, v. 13, n. 2, p. 144–160, 2014.

MAGEN, C. The Israeli Mossad and the media: Historical and theoretical perspectives. *Public Relations Review*, v. 39, p. 111–123, 2013.

NUMERIANO, R. *Serviços secretos: a sobrevivência dos legados autoritários*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. *Für eine starke Demokratie und ein sicheres Deutschland*, 27 out. 2021.

ROLDÁN, F. S. Opinión e Inteligència. *Instituto Español de Estudios Estratégicos*, n. 45, p. 1–4, 2012.

RUEDA RIEU, F. Las fuentes del periodismo de investigación sobre el servicio de inteligencia CNI. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, v. 20, n. 1, p. 539-555, 2014.

SHPIRO, S. The Media Strategies of Intelligence Services. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, v. 14, n. 4, p. 485–502, 10 nov. 2010.

SCHMIDT-EENBOOM, Erich: *Undercover*. Colônia/Alemanha: Kiepenheuer & Witsch, 1997.

SCHMIDT-EENBOOM, Erich: *Schnüffler ohne Nase: der BND – die unheimliche Macht im Staate*. Düsseldorf: Econ, 1993.